

ENTREVISTA

Arlindo Cunha

Foi ministro da Agricultura nos Governos de Cavaco Silva, desempenhando um papel fundamental no ordenamento cinegético do território nacional. Actualmente, é Professor da Faculdade de Economia e Gestão da Universidade Católica-Porto, é Presidente da Comissão Vitivinícola do Dão, em cuja Região Demarcada é produtor-engarrafador e, entre outras atividades profissionais e cívicas, está intensamente ligado à caça, como caçador e vice-presidente da FENCAÇA.

Entrevista por: **Pedro Vitorino**
(Texto com grafia anterior ao A.O.)

Nesta entrevista revelamos o que pensa alguém que conhece os bastidores da política sobre os atuais problemas do setor cinegético, dando-nos a sua visão sobre o futuro da caça em Portugal.

C&CC – As dificuldades introduzidas com a Lei das Armas em 2005 e a crise económica que atinge o país tiveram um efeito desastroso na caça em Portugal, levando ao desaparecimento de mais de 60.000 licenças de caça em menos de 10 anos. O que tem de ser feito para travar a contínua redução do número de caçadores em Portugal?

Arlindo Cunha (AC) – Muita coisa. Para travar esta tendência para o empobrecimento cinegético – que é em simultâneo, sublinhe-se, um empobrecimento económico do nosso país – sublinho três medidas, entre muitas outras que seriam necessárias.

A primeira consiste no fim do preconceito contra a caça que está implícito em toda a legislação que tem saído na última década. Num país como o nosso, em que 81% do território é classificado como rural (de acordo com os critérios da União Europeia (U.E.)) e em que existe uma gravíssima clivagem de desenvolvimento entre o litoral e o interior, com um rápido acentuar da desertificação destes territórios, urge criar e aplicar políticas de desenvolvimento que discriminem positivamente quem lá vive e que incentivem a mobilização dos recursos endógenos para a criação de emprego e de riqueza.

Sedo a caça um desses recursos, tal como a pesca em águas interiores, não se compreende como é que as medidas tomadas por sucessivos governos têm todas o mesmo sentido: dificultar a vida aos caçadores e desencorajar o exercício da actividade cinegética.

A segunda, na sequência da anterior, passa

por facilitar a vida aos candidatos a caçador, em vez de a dificultar. Exemplos de medidas a tomar neste quadro: fazer exames para a carta de caçador várias vezes por ano e em diferentes pontos do país; baixar o grau de complicação dos exames; digo complicação e não exigência, pois não é aceitável que numa matéria como esta a taxa de reprovações em cada prova se situasse até há bem pouco tempo a níveis tão elevados, na casa dos 50 a 60% - o que significa que os testes eram feitos com o objectivo expresso de chumbar o maior número possível de examinandos; e, finalmente, simplificar a aplicação da lei das armas, não tratando os caçadores como se fossem criminosos, só porque têm em casa armas.

No recente Encontro Nacional de Caçadores, em Santarém, o Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural e Florestas indicou algumas medidas que vão neste sentido. Espero que sejam em breve levadas à prática. Mas espero também que a celeridade aqui ganha não seja depois perdida no atraso das licenças de uso e porte de arma a emitir pela PSP.

A terceira medida tem a ver com a definição de uma política de sustentabilidade do associativismo cinegético, sem o qual não há caça organizada, que o mesmo é dizer não haverá caça. Sublinho a este respeito duas medidas

que deviam ser tomadas com urgência: reverter o actual sistema de pagamento de taxas do regime especial, que se justificava quando este regime cinegético era uma excepção, mas que agora, sendo o regime normal, não mais se justifica; e devolver ao sector uma parte dos cerca de 10 milhões de euros que os caçadores portugueses pagam por ano, a título de licenças e de taxas. Devolução esta que poderá assumir diferentes formas, mas que pode ser feita através da transferência de determinadas funções do Estado para as organizações, acompanhada da correspondente retribuição financeira. Isso foi feito, e continua a ser feito, em relação às organizações agrícolas e florestais. Deverá seguir-se o mesmo procedimento para as organizações que representam a caça.

C&CC – Um dos problemas diretos da redução do número de caçadores é a dificuldade das ZC Associativas se manterem ativas, por falta de quotização.

Corremos o risco de assistir a curto prazo ao “desordenamento” do território?

AC – Existe esse risco. Mas na verdade já estamos em retrocesso desde há mais de uma década pois o modelo de gestão não foi inovado. E, pior do que isso, foi sendo a pouco e pouco hostilizado, mais ou menos passi-



As organizações da caça estão vivas e tem demonstrado ter capacidade de organização e mobilização. Isso é muito importante.

O ICNF E OS CAÇADORES

C&CC – Recentemente assistimos à demora na ação do ICNF à situação do coelho-bravo e à dificuldade em reunir consenso entre as várias entidades ligadas à reintrodução do lince-ibérico no território nacional.

AC – Isso tem a ver com a tal cultura anti caça ou de preconceito de que falei antes. Senão, veja bem o insólito: andam preocupados com uma espécie que não existe em Portugal há décadas, mas não com a nossa principal espécie cinegética que, aliás, é a base da alimentação do lince!

Eu compreendo que isso tem a ver com certos lóbis que funcionam em rede a partir de Bruxelas. Não estou contra isso. Nem contra o financiamento, por essa via, de certas organizações. Pelo contrário. Mas o que não posso aceitar é que essa seja uma prioridade nacional e que nada se faça para salvar as nossas espécies cinegéticas indígena e bem reais.

C&CC – Será a separação entre ambiente e caça a causa da ineficiência deste instituto, atualmente com uma gestão “bicéfala”?

AC – Os largos anos de experiência do exercício de funções governativas mostraram-me que duplas tutelas não funcionam. Quando há duplas tutelas não existe um claro comando político da matéria tutelada por cada uma das partes. Por isso não auguro grande futuro para esse modelo e espero que, qualquer que seja a cor política do próximo governo, isso mude.

vamente, pelas políticas públicas dirigidas ao sector.

C&CC – No início, este Governo juntou sob o mesmo “teto” a caça e o ambiente, tendo agora optado pela separação.

Será impossível caça e ambiente estarem juntos no mesmo ministério? Ou o equilíbrio consegue-se com essa separação?

AC - Há países onde se seguiu o mesmo modelo de gestão, como aconteceu já em Espanha. Pessoalmente nada tenho contra a lógica de gestão da caça no contexto da gestão da conservação da natureza, desde que haja uma única tutela política e quem a exerce olhe para a caça como um recurso endógeno a potenciar para o desenvolvimento dos territórios rurais. Contudo, no nosso país o problema não é de carácter administrativo, mas da cultura técnica dos executantes da política cinegética. E é de elementar evidência que a cultura predominante no ex-ICN é manifestamente anti-caça. Ora isso é inadmissível e contraditório, especialmente quando estes serviços passam a ter um protagonismo dominante na gestão da caça, como é o caso presente.

C&CC – O Direito Animal é cada vez mais um tema atual. Em Portugal as associações e organizações ditas defensoras dos direitos dos animais ainda não se viraram para o ataque à caça, pelo menos de maneira tão contundente como têm feito com a tauromaquia.

Tendo em conta o lobby que forma essas entidades, no dia que decidirem atacar a caça ficará a atividade cinegética em Portugal em risco?

AC – Espero que não. A caça é coeva do Homem, desde as suas origens, sendo, neste sentido, um legado civilizacional. Compreendo

CURRÍCULO

Arlindo Marques Cunha nasceu em Tábua, distrito de Coimbra, em 15 de Novembro de 1950. É licenciado em economia pela Universidade do Porto (1975), Mestre (MPhil) e Doutor (PhD) em Economia Agrária pela Universidade de Reading (UK). Foi quadro e dirigente da Comissão de Coordenação da Região Norte-CCDRN (1976-1986), Secretário de Estado (1986-90) e Ministro da Agricultura (1990-94), Deputado ao Parlamento Europeu (1994-2003), Presidente da CCDRN (2003-2004), Ministro das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente (2004) e Presidente da Porto Vivo, Sociedade de Reabilitação Urbana do Porto (2004-2010).

É Professor Convidado da Faculdade de Economia e Gestão da Universidade Católica Portuguesa-Porto, Presidente da Comissão Vitivinícola Regional do Dão, Vitivinicultor-Engarrafador na Região do Dão, membro da Associação Portuguesa de Economia Agrária, da Associação Europeia de Economistas Agrários. Foi agraciado como Grande Oficial da Ordem do Mérito Agrícola pelo Governo Francês (2004), com a Ordem de Grande Oficial do Infante D. Henrique (2009) e com a Medalha de Mérito - Grau Ouro - da Cidade do Porto e dos Municípios de Tábua e Penafiel.

e respeito quem seja contra o exercício cinegético, por uma questão de opção ou sensibilidade pessoal. Mas já não compreendo quando essas pessoas se transformam em grupos que põem em causa as opções dos que não pensam como eles. Isso chama-se intolerância e é, consequentemente, algo de inadmissível numa sociedade democrática.

C&CC – Atualmente existe um “lobby caça” em Portugal?

AC – Crio que não. Pelo menos no sentido de uma organização estruturada em função da obtenção ganhos das políticas e benefícios públicos. E a prova é que não tem havido nem uma coisa nem outra para a caça. Mas as organizações da caça estão vivas e têm demonstrado ter capacidade de organização e mobilização. Isso é muito importante.

C&CC – Sabemos que existem apoios para o desenvolvimento cinegético das zonas de caça no âmbito do novo PDR (antigo PRODER).

Sabendo que a maioria das zonas de caça não possui gestores cinegéticos qualificados, qual seria a melhor forma dessas entidades beneficiarem desses apoios?

AC – O PRODER tinha alguns apoios aos investimentos nas actividades cinegéticas. Todavia, estes não tiveram na prática procura relevante, pois as taxas de co-financiamento eram muitíssimo baixas. Ora, na esmagadora

maioria do regime cinegético ordenado, estamos a lidar com entidades sem fins lucrativos, no caso das Associativas, que têm por regra uma frágil situação financeira. Isto já para não falar das municipais. No entanto, nestas autoridades públicas municipais podem financiar os investimentos. Espero, sinceramente, que o seu sucessor para o período 2014-20 - o Programa de Desenvolvimento Rural (PDR) - melhore substancialmente estes apoios, quer em termos da taxa de apoio/co-financiamento, quer em termos de um leque mais alargado de elegibilidades. Pelo que sei, tem havido abertura e compreensão nesta matéria por parte do Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural e do Gabinete de Planeamento e Políticas do Ministério da Agricultura, no sentido do acolhimento das múltiplas propostas que a FENCAÇA lhes apresentou. aguardo que isto se concretize.

O apoio à contratação e formação de guardas poderia, por exemplo, ser resolvido, conforme acima referi mediante uma contratualização do Estado com as Federações ou Associações, delegando nestas certas actividades de fiscalização, formação, informação e outras que o Estado teoricamente executa, mas executa mal por regra. Desta forma, transferindo estas funções para as Organizações, estas teriam a correspondente contrapartida financeira por parte do Estado e, assim, poder-se-ia resolver esse problema. ■

O CAÇADOR

Não podíamos terminar esta entrevista sem conhecer as preferências do nosso entrevistado como caçador:

Caça maior ou menor?

Ambas. Mas se só pudesse escolher uma, seria a segunda.

Que espécie mais gosta de caçar?

A nossa fabulosa perdiz vermelha.

Espingarda: semiautomática, sobrepostos ou justapostos?


Gosto muito das de canos justapostos, pois comecei a caçar com uma velha Krupp desse tipo que o meu pai tinha.

Qual o calibre preferido?

O 12, sem dúvida.

Qual o local de caça favorito?

Tenho na memória as inesquecíveis esperas ao javali que fazia na Turicorso, Serra da Coroa-Montezinho, com os meus amigos Manuel e José Pintalhão, na boa companhia do nosso amigo Álvaro Barreira e de outros amigos de Bragança. Assim como as inesquecíveis jornadas cinegéticas com o meu amigo Jacinto Amaro e o nosso grupo de caça. Por isso poderia dizer que gosto de caçar em todos os locais onde o Jacinto caçar e, obviamente, na sua companhia: porque é garantia de sucesso cinegético (apesar de no meu conceito de caça isso não ser o mais importante), de uma manhã bem passada no campo a fruir a mãe natureza, de um almoço com qualidade insuperável no fim da faina e, naturalmente, de um saudável convívio de amigos, onde a boa disposição é sempre a regra maior.



A caça é coeva do Homem, desde as suas origens, sendo, neste sentido, um legado civilizacional.